

# FATOS E NOTAS

---

## ÍNDIOS, JESUÍTAS E BANDEIRANTES (\*).

---

JÚLIO DE MESQUITA FILHO.

No seu aspecto exterior, o fenômeno do brusco desmoronamento da organização social guaraní das missões não é nôvo. Ou melhor, o que ali se passou com a saída dos jesuítas é exatamente o mesmo que se verificou por tôda parte onde uma sociedade primitiva em estado puro entrou em contacto direto com um grupo social pertencente a uma das chamadas civilizações superiores. Preservados do contacto com espanhóis e portugueses pelo sistema defensivo intransponível

---

(\*) — Com a transcrição do artigo veiculado no Suplemento Literário d'O ESTADO DE SÃO PAULO, edição de 18 de julho de 1970, êste periódico perfila-se às homenagens póstumas que vêm sendo prestadas ao Dr. Júlio de Mesquita Filho. E o faz pelo fato do ex-diretor do marcante matutino paulistano haver estado ligado, efetiva e afetivamente, ao nosso Departamento de História, mais ainda, à própria Universidade de São Paulo. Foi um dos responsáveis pela sua fundação. Sabe-se da tenacidade com que patrocinou a tese: "São Paulo perdeu a revolução constitucionalista (julho-setembro, 1932), São Paulo precisa vencer no campo cultural. Que se funde uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, raiz de uma Universidade, de alto nível. A primeira do Brasil".

Assim, a capital bandeirante, fiel ao seu pioneirismo, ganhou a sua Faculdade de Filosofia, a sua Universidade, *sui-generis*, subordinada ao govêrno do Estado, pois o decreto de sua fundação, decreto estadual nº 6.203 de 25 de janeiro de 1934, traz a assinatura do então governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, cunhado do Dr. Júlio. Êste, numa expressiva homenagem, paraninhou a primeira turma diplomada pela recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Apesar de preocupações outras, das mais absorventes, o saudoso jornalista soube acompanhar e prestigiar parte das problemáticas de sua afilhada. Um fato entre muitos outros. Quando nomeado, em 1966, pelo igualmente saudoso Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente da Comissão Nacional Organizadora dos Festejos do "Dia de Anchieta", sugeriu a fim de integrar a equipe, o nome do diretor fundador desta *Revista*, seu conhecido de longa data, um dos diplomados de 1936. Além das razões afetivas, uma outra justifica nosso registro pelo passamento do Dr. Júlio de Mesquita Filho. Nossa admiração pela obra literária que conseguiu publicar, apesar da prioridade da atenção reclamada dia a dia pelo seu, pelo nosso jornal. D'aquêla destacar-se-á, encerrando esta nota, os estudos que se seguem' "A Crise Nacional. Ensaio Sul Americanos". (São Paulo, Livraria Martins Editôra, 1a. edição, 1946; 2a. edição, 1956) dêste livro é que se destaca o artigo escolhido para esta nota "a Europa que eu vi" (da mesma Editôra, 1953). "Memórias de um Revolucionário" (São Paulo, Editôra Anhembi, 1954), "Nordeste" (da mesma editôra, 1963) e "Cultura e Política" (São Paulo, Livraria Martins Editôra) no prelo, quando faleceu nesta Capital, aos 12 de julho de 1969 (*Nota de Maria Regina da Cunha Rodrigues*).

que anteriormente descrevemos, os guaraníes lograram, até certo ponto, conter a queda demográfica das reduções durante o amplo período que vai de 1604, data do início dos trabalhos da Companhia naquela região, até 1754, ocasião em que, por iniciativa do Marquês de Pombal, era ela simultâneamente expulsa tanto dos domínios portugueses como da bacia do Prata. Daí por diante a decadência se precipita. As vastas zonas banhadas pelo esplêndido sistema hidrográfico do Prata, onde outrora se estendiam as riquíssimas organizações agrícolas da Ordem, entram em irremediável depercimento. E' que, tal qual se deu na Oceania e no norte do hemisfério ocidental, à aproximação do branco as populações nativas se desintegram, os seus membros se dispersam ou, quando não, se mostram de todo em todo incapazes do esforço que sob a rígida disciplina jesuítica lhes havia permitido construir e manter em pleno rendimento um dos mais poderosos organismos econômicos do século XVII e princípios do século XVIII. A ruptura das linhas de defesa que o mantinham em rigoroso seqüestro atuaria sôbre o agrupamento nativo como um poderoso e irresistível dissolvente. À irrupção do colono ibero-lusitano nos antigos domínios, tanto a coletividade como o indivíduo guaraní passariam a apresentar os mais alarmantes sinais de degenerescência. Por quê? A etnografia, dissemos, registra o fato. Pensadores como Labriola, por exemplo, observam que a presença do branco acarreta para a sociedade no início da experiência histórica uma verdadeira catástrofe.

“Essas civilizações, desarticuladas e estraçalhadas, se dissociam, despedaçam, desfazem e pulverizam; às mais das vezes, quando se trata de civilizações extremamente recentes (*faïches*) e não consolidadas, como as africanas, elas estagnam na gangrena e na nevrose”.

Aproximando-se mais da realidade em si e servindo-se da técnica científica, a sociologia define-o como a consequência do choque, senão entre duas mentalidades, pròpriamente ditas, pelo menos entre duas orientações muito diversas: a primitiva, e a dos povos civilizados.

Todos porém se abstêm de nos fornecer explicação para as causas de tão estranha diátese. Por impossibilidade de meios? Por falta de um método capaz de revelar-nos a etiologia do mal? Nem uma, nem outra coisa, parece-nos. O conhecimento do homem e das sociedades caminhou já o bastante para que uma tentativa de explicação se possa enquadrar dentro dos mais exigentes requisitos de natureza científica. A sociologia, a biologia, a psicologia, a psicopatologia e a psicanálise, conjugadas, são um acêrvo de conquistas suficientemente evoluídas para permitir-nos entrever, senão a solução definitiva do problema, pelo menos as causas prováveis do mecanismo dêsse singularíssimo processo de desintegração social.

Conseqüência do choque entre duas orientações mentais profundamente dissemelhantes, dissemos apoiados na sociologia. Na realidade é de um traumatismo de natureza eminentemente social que se trata. Traumatismo tanto de ordem coletiva como de natureza individual.

Problema portanto de patologia social ou, de um modo mais preciso e mais amplo, de sociologia do entendimento. Conduzindo-nos insensivelmente a uma das regiões extremas das ciências sociais, às confluências das disciplinas positivas com questões até aqui confinadas nos domínios da especulação pura, estas observações nos proporcionam ocasião de estabelecer uma preliminar indispensável à compreensão da tentativa de explicação que procuraremos esboçar. Referimo-nos ao problema chamado das categorias, base de toda a teoria do entendimento.

Como não desconhecem os estudantes de qualquer curso secundário de filosofia, os pensadores de todos os tempos distinguiram no processo mental da humanidade um determinado número de noções fundamentais sobre as quais se ergue toda a nossa atividade intelectual. Foi a esse grupo de noções, que Aristóteles e Kant chamaram categorias do entendimento. O tempo, o espaço, a noção de gênero e de causa, de número, de substância e outras mais, fazem parte dela. Elas formam os quadros indispensáveis e insubstituíveis dentro dos quais se forma, vive e se agita todo o pensamento humano. Sem elas não se concebe o pensamento, a vida propriamente espiritual do homem.

Até há pouco, duas eram as teorias que se disputavam a explicação das origens das categorias: a empirista e a idealista. Para aquela, como as demais representações que constituem a trama dos nossos conhecimentos, as categorias têm sua origem na experiência, fonte única de todos os nossos conhecimentos. Enquanto os idealistas postulam as *a priori*, entendendo que elas procedem e condicionam a própria experiência. Elas as representam, diz Durkheim,

“como outros tantos dados simples, irredutíveis, inerentes ao espírito humano em virtude da sua constituição inata”.

Para o sociólogo francês, tanto uma como outra oferecem graves dificuldades. Se adotarmos a primeira destas teses seremos forçosamente levados a negar às categorias as suas propriedades características, isto é, a universalidade e a necessidade pelas quais elas se distinguem de todos os outros conhecimentos. Elas são os mais gerais dos conceitos, desde que se aplicam a todo o real. E', do mesmo mo-

do como não dizem respeito a nenhum objeto particular, são elas independentes de todo sujeito individual:

“Elas são o lugar-comum onde se encontram todos os espíritos. Além do mais, elas nêles se encontram necessariamente. Pois a razão, que não é senão o conjunto das categorias fundamentais, se reveste de uma autoridade a que não podemos arbitrariamente fugir”.

Se tentarmos fugir à sua ação, sentiremos logo a sua força coercitiva. Logo, não é de nós que elas dependem; ao contrário, são elas que se nos impõem. Ora, os dados empíricos apresentam características diametralmente opostas. As sensações e as imagens relacionam-se sempre com objetos determinados e são a resultante momentânea de uma consciência particular. São essencialmente individuais e subjetivas. Há entre elas tôda a diferença que, segundo a idéia fundamental da sociologia durkheimniana, separa o “fato social” propriamente dito, de um ato individual qualquer.

“Nessas condições, escreve o chefe da escola francesa, reduzir a razão à experiência é fazê-la evanescer-se; pois é reduzir a universalidade e a necessidade que a caracterizam a puras aparências, a ilusões que podem ser praticamente cômodas, mas que a nada correspondem; é pois recusar qualquer espécie de realidade objetiva à vida lógica que as categorias têm por função regular”.

O empirismo tenderia assim para o irracionalismo.

Recusando-se a confundir o complexo por êles chamado Razão, com a Experiência, permanecem os idealistas, segundo Durkheim, mais próximos da realidade. Reconhecem às categorias os seus caracteres distintos, o que equívale a não as considerar simples artifícios verbais. Discernem no mundo um aspecto lógico que a razão reflete de um modo perfeito e no espírito um poder particular que lhes permite ultrapassar a experiência. Onde o idealismo falha inteiramente é quando pretende explicar êsse poder especial do espírito. Pois para consegui-lo vê-se na contingência de afirmar apenas. Afirma, à guisa de explicação, ser êle inerante à inteligência humana. Ou então dá-lhe por origem uma razão superior e perfeita de que emanariam as razões individuais. Em resumo: têm a Razão Divina como fonte suprema e inspiradora da Razão Humana, o que a torna incontrolável pelo método científico.

Verificando que essas duas concepções se defrontam há séculos sem resultado prático, Durkheim delas se afasta, deíberadamente, para oferecer-lhes uma terceira, de caráter sociológico.

Se admitirmos uma origem social às categorias, diz, uma nova atitude seria possível. Ela nos permitiria fugir às dificuldades já apontadas.

E' conhecida a origem religiosa dos primeiros sistemas de representação que o homem construiu, tanto de si mesmo como da sociedade. Sabe-se também que a religião englobava nos primórdios da civilização não apenas a moral, mas a filosofia e a ciência. Todos os conhecimentos de que se vangloria a humanidade tiveram portanto por fonte primitiva a religião. O que, porém, é nôvo, e foi pela primeira vez observado por Durkheim, é que à religião se deve não apenas a substância dos conhecimentos, mas ainda a forma segundo as quais êstes foram elaborados. E' esta a razão pela qual, ao analisar as formas elementares da vida religiosa, encontrou o ilustre sociólogo as principais categorias do entendimento. Ora, a religião é de todos os fatos sociais o mais característico, o que êle costuma apontar como força nuclear das sociedades, de onde tôdas as demais derivam no decorrer da evolução do grupo. De onde admitir terem as leis fundamentais do entendimento uma origem religiosa. Elas perderiam o caráter individual que lhes queria atribuir o empirismo para participar da natureza essencialmente coletiva das manifestações religiosas. As categorias seriam, portanto, manifestações coletivas, e mais propriamente,

“estados da coletividade. Elas dependem da maneira como esta é constituída e organizada, da sua morfologia, de suas instituições religiosas, morais, econômicas, etc.”.

“A sociedade é uma realidade *sui generis*: ela tem seus caracteres próprios que se não encontram, ou que se não encontram sob a mesma forma, no resto do universo. As representações que a exprimem têm portanto um conteúdo perfeitamente diferente do conteúdo das representações individuais e podemos estar de antemão seguros de que as primeiras acrescentam alguma coisa às segundas”.

Além do mais, a maneira como êsses dois tipos de representações são elaborados completa a diferença que as distingue. As coletivas brotam de uma colaboração ilimitada, que se estende não apenas no espaço, mas ainda no tempo. Caracteriza-as uma intelectualidade infinitamente mais rica do que a do indivíduo, e isso explica por que a razão tem o poder de ultrapassar o alcance dos conhecimentos empíricos, criando categorias “universais”. E' por serem “fatos sociais” que elas são “necessárias”, pois uma idéia é necessária quando tem a faculdade de se impor ao espírito por si mesma, sem o recurso da prova prévia, quando se impõe imperativamente, coercitivamente. E' o que viram os idealistas, por assim dizer inconscientemente.

Se se lhes reconhece essa origem, já não terá nada de estranho o fato de exercerem ascendente irresistível sôbre a inteligência individual. Elas ultrapassam em extensão tôdas as outras noções e, conseqüentemente, dominam em tôdas as suas minúcias nossa vida intelectual.

“Para elaborá-las, dirá Durkheim, uma multidão de espíritos associaram, mesclaram, combinaram suas idéias e sentimentos; longas séries de gerações nelas acumularam suas experiências e saber...

Ela não deve (o seu poder coercitivo) a não sei que misteriosa virtude, mas simplesmente ao fato de, segundo uma fórmula conhecida, ser o homem duplo. Nele — e isto é de capital importância para a explanação da hipótese que estamos aventando — existem dois seres: um ser individual, que tem a sua base no organismo e cujo círculo de ação se acha por isso mesmo estreitamente limitado, e um ser social, que em nós representa a mais alta realidade, de ordem intelectual e moral, que nos é dado conhecer pela observação e vem a ser: a sociedade. Esta dualidade de nossa natureza tem como conseqüência, na ordem prática, a irredutibilidade do ideal moral a um móvel utilitário e, na ordem do pensamento, a irredutibilidade da razão à experiência individual. Na medida que participa da sociedade o indivíduo se ultrapassa naturalmente a si mesmo, tanto quanto pensa, como quando age”.

As categorias são pois fatos sociais, e por isso mesmo, necessárias.

“Se, portanto, prossegue o ilustre pensador, a cada momento do tempo, os homens não se entendem sôbre essas idéias essenciais, se não tivessem uma idéia homogênea do tempo, do espaço, da causa, de número etc., todo acôrdo seria impossível entre as inteligências e, pois, impossível a vida em comum. Por isso a sociedade não pode abandonar as categorias ao livre arbítrio dos particulares, sem se abandonar ela própria. Para poder viver ela não tem necessidade apenas de suficiente conformismo moral: ela não poderá prescindir tampouco de um mínimo de conformismo lógico”.

Mas se admitirmos a origem social das categorias, como explicar o processo pelo qual elas foram elaboradas? Aceitando, com Kant, que o homem não pode

“conceber o tempo senão com a condição de nêle distinguir momentos diferentes”,

como compreender que a inteligência humana tenha formulado tal noção? E a de espaço?

Não podemos, dirá, representar-nos a noção de tempo fazendo abstração dos processos pelos quais nós o dividimos, o medimos, isto é, sem o exprimirmos em anos, meses, dias, horas etc. Pois bem. Qual a origem dessas diferenciações? Elas não têm origem individual pôsto que estas representações fragmentárias do tempo constituem quadros abstratos que envolvem não apenas nossas experiências individuais mas todos os acontecimentos passados.

“Não é o “meu tempo” que se organiza dêsse modo; é o tempo tal qual é objetivamente pensado por todos os homens de uma mesma civilização”.

Ora, a observação científica estabelece que êsses pontos de apôio são na realidade de origem social. Os anos, meses, semanas, dias etc. correspondem exatamente à periodicidade dos ritos, festas e cerimônias populares. O que a categoria de tempo exprime é o tempo comum a todo o grupo, é o “tempo social”.

Dá-se exatamente o mesmo com o espaço. Não se trata aqui do meio vago, indeterminado e homogêneo, segundo a concepção kantiana.

“A representação espacial consiste essencialmente numa primeira coordenação introduzida entre os dados da experiência sensível”.

Para poder situar as coisas é preciso poder colocá-las diferentemente, à direita, à esquerda, em baixo, em cima, ao norte, ao sul ao oeste a este.

“Do mesmo modo como para poder dispor temporariamente os estados de consciência torna-se necessário localizá-los segundo determinadas datas”.

De onde poderão vir essas divisões

“senão de que diferentes valores afetivos foram atribuídos às regiões”?

Ora, como todos os homens de uma mesma civilização se representam o espaço de u’a maneira uniforme é evidente que êsses valores e as divisões que dêle decorrem também lhes são comuns. Se considerarmos a etnografia, verificaremos que em certas sociedades australianas onde o espaço é concebido sob a forma de enorme círculo, o campo sôbre o qual se assenta a tribo ostenta a forma circular, o qual, por sua vez, é dividido, como círculo da tribo, em tantas regiões quantos são os clãs na tribo e é lugar ocupado pelos clãs que

determina a orientação das regiões. A orientação social foi pois de tôda a evidência o modelo sôbre o qual foi decalcada a organização espacial.

Estendendo o seu vigoroso raciocínio às demais categorias, procura Durkheim explicá-las pelo mesmo processo. Assim teriam a mesma origem social as noções de gênero, de fôrça, de personalidade, de causa etc. Como o ritmo da vida social nos explica a categoria de tempo, e o espaço tribal é o fundamento da categoria de espaço, assim também a categoria de gênero se confundiria no espírito dos primitivos com a noção de grupo humano, a forma coletiva teria dado origem ao conceito de fôrça eficaz, elemento essencial da categoria de causa.

Detenhamo-nos aqui e acentaremos o pensamento do grande sociólogo, o qual consiste em deixar patente a conexão íntima, indestrutível, entre o sistema de representações que constitui a psique do indivíduo e a concepção que êste tem do Universo, e a estrutura interna do grupo social a que pertence. Tôda concepção geral das cousas que porventura possa ostentar não será mais, portanto, para o autor da "Divisão do Trabalho Social", do que o reflexo da infra-estrutura da tribo de que faz parte. A sua razão, modelada segundo a organização social do grupo e tirando os seus quadros, os seus fundamentos, dos quadros e fundamentos da tribo, é uma resultante integral da sociedade. As fratrias inspiram-lhe a noção de gênero, assim como o clã a de espécie. Foi por ser um gregário, por viver em grupo que conseguiu classificar as coisas que a sua experiência lhe dava a conhecer. Assim, tôda a concepção do universo, dentro do qual vive e evolve, é-lhe inspirada pela constituição orgânica de seu mundo social. A ordem que aquêle ostenta nada mais é do que a transposição, para o todo, do plano unitário e harmônico sôbre o qual se modelou a tribo. Em resumo, psiquicamente, o indivíduo é uma miniatura do meio social em que nasceu.

A conseqüência dêsse fato é que, pelo menos para os povos primitivos, a personalidade individual é quase nada, considerada em si mesma e fora do grupo. A individualidade se apaga inteiramente, perde sua significação, se se quiser abstrair da coletividade. Ela existirá enquanto parte integrante desta. Acorrentado ao círculo social que o viu nascer, o primitivo não tem liberdade, não pensa, não imagina: obedece passivamente às injunções coletivas, move-se, age e pensa de acôrdo com os demais e, segundo os ditames da tradição,

"sofre a pressão dos séculos passados...", diz um observador citado por Allier. "Caminha como as manadas, sem vontade, sem



pensamento, tângido por um condutor invisível (o grupo), mas imperioso, e dominado por um instinto coletivo que o dispensa de todo o esforço de raciocínio e sentimento... Tal é o ascendente que a sociedade exerce sobre os seus membros, que a noção de indivíduo acaba por apagar-se totalmente do embrião de mentalidade do primitivo. Para estes, dirá Raul Allier (1), o indivíduo mal se destaca de u'a massa difusa de seres e objetos... o homem mal emerge do seu meio, mal tem consciência do seu eu".

"A noção do eu, do indivíduo, é impossível à maioria dos indonésios. A debilidade de consciência é quase um traço fundamental da mentalidade deles" (2).

A sombra da personalidade que ostenta, o tênue resquício de um eu que apenas o distingue da massa, a língua rudimentar que fala, a religião que professa, as tradições que tão duramente pesam sobre êle, são outros tantos elementos da rede inextrincável que o mantém irredutivelmente prêsso à coletividade.

"O indígena não sabe nunca, com precisão, o que vai fazer, ou mesmo o que fez. Mantém-se passivo e em meio aos impulsos que o determinam, segue ao sabor da vida social ou natural; deixa-se levar pelo conjunto das coisas..." (3).

Essa perfeita passividade, essa carência total de determinação torna-o escravo submisso da sociedade. Diante da ausência completa de autodeterminação que o distingue, a tutela social lhe é imprescindível.

"O indivíduo nunca atinge à maioridade, escreve Jacottet, citado por si mesmo; não passa de uma parte da comunidade familiar ou tutela da família, de seu clã, ou de sua tribo. O indivíduo nada é por si mesmo; não passa de uma parte da comunidade familiar ou nacional".

É tão profunda a sua integração no grupo, tão completa a sua solidariedade com êsse grupo, que não chega a conceber uma existência fora de seu meio, nem mesmo a possibilidade de uma alma que lhe seja própria e distinta da coletividade.

"Daí, dirá Levy Bruhl, um dos mais freqüentes, e duradouros mal-entendidos entre missionários e os indígenas. Os missionários que-

---

(1). — *La Psychologie de la Conversion chez les Peuples primitifs*, pág. 212.

(2). — *Année Sociologique*. T. XI pág. 215, citado por Lapie, segundo Raul Allier.

(3). — Allier, *op. cit.*

rem salvar as almas... Mas os indígenas, em geral, não têm a mínima idéia da sua salvação individual. Eles pensam, como os missionários, que a morte nada mais é do que a passagem a uma outra modalidade de existência; mas não concebem que possam perder-se ou salvar-se cada um por conta própria. O sentimento profundo e constante que têm da própria solidariedade com o grupo e com os chefes, quando a sociedade a que pertencem os tem, os impede não só de compreender aquilo que o missionário tanto almeja para eles, como aonde ele quer chegar. A distância é grande demais entre a mentalidade primitiva e o fim que lhe é proposto. Como poderia o natural representar-se o seu destino individual no outro mundo como dependendo unicamente de sua fé e de seus atos — sem falar na graça divina — quando ele nunca pensou em uma tal independência de sua pessoa na sociedade em que vive”.

Este trecho do ilustre sociólogo francês dá-nos uma idéia bem nítida da abso'uta solidariedade entre indivíduos e grupo, que caracteriza a humanidade nos albores da vida coletiva. Melhor do que qualquer outra faz-nos apreender aquilo que temos procurado acentuar e que constitui a idéia central da teoria durkheimiana no entendimento, isto é, que a individualidade psíquica do primitivo se resume, em definitivo, na representação abstrata, na tradução, em conceitos puros, da morfologia do grupo, da natureza concreta da coletividade a que pertence. Há portanto uma conexão irreduzível, indestrutível, entre a sociedade em seu aspecto material, tangível, e a natureza espiritual de seus membros. A vida intelectual destes, a sua inteligência, a sua existência afetiva são pois mera função daquela. Não se poderá conceber uma sem a outra, a atividade normal destes, sem a integridade daquela.

Nas linhas que precedem procuramos tornar o mais claro que nos foi possível, primeiro, as linhas gerais da sedutora hipótese aventada por Durkheim como chave para a solução do problema das categorias fundamentais do entendimento, e, depois, a conexão, a absoluta e indissolúvel solidariedade existente entre a mentalidade primitiva e a infra-estrutura, ou mais propriamente, a morfologia da coletividade. Apoiados no depoimento unânime de viajantes, etnógrafos, sociólogos e missionários que dedicaram suas existências ao estudo dos grupos sociais na infância da evolução humana, tentamos deixar perfeitamente patente a identidade fundamental da personalidade do indivíduo a ela pertencente, com a comunidade, identidade tal que nos inibe de conceber uma independente de outra, seja como ser pensante, seja como ser capaz e atitudes.

Esses dois aspectos essenciais da natureza do indígena são, como veremos, de importância capital para a compreensão da tentativa de explicação que buscaremos oferecer para o fenômeno de desagregação, apresentado pelas populações guaraníes das reduções, quando a direção destas passou das mãos dos jesuítas para as dos representantes dos governos português e espanhol.